

O CONTROLE SOCIAL NO BRASIL POR MEIO DA EDUCAÇÃO

¹Antonio Carlos da Silva

Resumo

Neste artigo é apresentada a abordagem sobre o controle social no Brasil por meio da educação. Como as políticas públicas estão inseridas na evolução educacional bem com se desdobra os dispositivos educacionais e como a cultura do empreendedorismo está afetando a educação dos/as discentes. O valor que a educação tem para os/as indivíduos/as. Por fim discute-se a escola como espaço de resistência, onde os alunos e as alunas assim como os professores e professoras têm a oportunidade de assegurarem seus direitos e deveres.

Palavra – Chave: Controle social , Políticas Públicas, Dispositivos Educacionais, A Cultura do Empreendedorismo, O Valor da Educação, Escola, Espaço de Resistência.

Abstract

In this article the approach on social control in Brazil through education is presented. How public policies are embedded in educational evolution as well as how educational devices unfold and how the culture of entrepreneurship is affecting the education of learners. The value that education has for individuals. Finally, the school is discussed as a space of resistance, where students as well as teachers have the opportunity to assert their rights and duties.

Key words: Social Control, Public Policies, Educational Devices, Entrepreneurship Culture, The Value of Education, School, Space of Resistance.

¹Antonio Carlos da Silva – Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

1. Introdução

O presente artigo tem como metodologia a pesquisa exploratória, como objetivo geral compreender como se dá o controle social por meio da educação, tendo ainda como objetivos específicos identificar os discursos que a educação se encontra inserida, como também explorar os espaços de resistência.

O que se idealiza para a educação brasileira desde sua instauração através dos jesuítas foi uma educação espelhada na Europa, atualmente a educação no país espelha-se tanto na europeia como a americana. O currículo idealizado para o Brasil é uma cópia do que acontece no exterior, contudo esqueceu-se de levar em conta que não somos europeus e muito menos americanos. Desta maneira como será possível um currículo construcionista e pragmático tendo uma vivência que não seja a nossa.

Da perspectiva pós-estruturalista, podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que estas teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar é um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo um ideal é uma operação de poder. As teorias do currículo não estão, neste sentido, situadas num campo puramente epistemológico, de competição entre puras teorias. As teorias do currículo estão ativamente envolvidas na atividade de garantir o consenso, de obter hegemonia. (SILVA, 2015, p.16)

Logo os interesses hegemônicos que sempre estiveram presentes no currículo garantiram por séculos a discrepância educacional existente no país desde a instauração da educação, assegurando com isso que os pobres se mantivessem na margem da pobreza, perpetuando a marginalização dos menos favorecidos no país.

A defesa do “direito de aprender” do qual somente hoje, após séculos, os empresários se lembraram cumpre várias funções, desde as operacionais até as ideológicas. É uma forma de interferir na formação do novo trabalhador e na quantidade de trabalhadores disponíveis, aumentando o controle sobre a escola e ocultando as raízes sociais das desigualdades acadêmicas. (FREITAS, 2014, p.6)

Percebe-se na fala de Freitas a preocupação com o interesse ocultos das empresas quanto à educação da população no que diz respeito à renovação da mão de obra. Portanto intervir no currículo para o poder hegemônico asseguraria o controle social, possibilitando a ascensão dos mais privilegiados e a permanência dos menos favorecidos na margem da pobreza.

Através dos estudos de Bernstein pode-se observar o papel da educação na reprodução cultural das relações de classes, evidenciando que a pedagogia, o currículo e a avaliação são formas de controle social.

Os trabalhos de Bernstein evidenciam os processos de controle e poder produzidos por meio do discurso. Os estudos dele se encontram mais atuais do que nunca, pois se percebe o controle social que o atual governo golpista empurra a força na sociedade, sem uma consulta prévia verdadeira, onde dados sejam incontestáveis.

Os estudos de Bernstein colocam em questão o papel da educação na reprodução cultural das relações de classe, evidenciando que a pedagogia, o currículo e a avaliação são formas de controle social. (MAINARDES; STREMEL. 2010, p.3).

O atual governo através da educação apresenta um discurso ilusório para a massa, dando margem a entendimento que o povo teria direito de escolha sobre o seu futuro, onde matérias pensantes, obrigatórias na grade curricular são dispensáveis, redirecionando a massa ao que seria essencial para o governo, que através do discurso ilude a população, desta forma mantendo um controle desleal de classes, onde o acesso à educação plena continua sendo da classe hegemônica e para a classe menos favorecida resta apenas antolhos para limitar a sua visão e não perceberem que estão sendo enganados.

A reforma do Ensino Médio não é um plano implícito de controle social, é um plano explícito mesmo, descarado e desleal, desoportunizando os menos favorecidos, que iludidos com o discurso que se tornou uma arma poderosa nas mãos do poder hegemônico.

O controle social educacional imposto pela classe hegemônica ao longo dos séculos proporcionou uma enorme discrepância, um verdadeiro abismo social. Estamos passando atualmente por um retrocesso, onde ganhos na área da educação nas últimas décadas estão sendo limadas, as políticas públicas instauradas como forma de concessão ao acesso aos patamares superior de educação para os menos favorecidos no intuito de diminuir esse abismo social existente, estão pouco a pouco sendo desestruturados e excluídos das pautas governamentais.

O paralelo entre a teoria dos aparelhos de Estado de Althusser e a reprodução presente na obra de Bourdieu é que ambas apresentam a repressão que o Estado impõe a classe menos favorecida.

Conforme Ferraro, Althusser percebia a desigualdade encontrada nas escolas que nos quais as mesmas promoviam e ainda promovem verdadeiras castas. Por meio de seus estudos percebe-se ainda o reflexo das escolas na estrutura da sociedade.

Observa-se na obra de Althusser a preocupação em demonstrar a ação do Estado a partir de seus aparelhos tanto de repressão quanto ideológicos, e dentro destes últimos o aparato escolar como elemento de reforço à desigualdade social no âmbito da luta de classes que têm como resultado a prevalência de determinada ideologia – “dominante” - em detrimento de outra – “dominada” – no corpo de uma organização social..(FERRARO. 2014, p.2).

O governo compreende muito bem como se desenvolve a dinâmica do currículo, para tal lança mão do controle de seus aparatos de dominação, fazendo inserções de disciplinas que atendam aos seus interesses e desta maneira perpetuando o seu domínio sobre as classes excluídas. Saviani relata em seu livro *Escola e Democracia*:

Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (SAVIANI 2003, p.55).

Concordo com o Saviani, acredito que o governo também por saber disso lança mão do Aparelho do Estado para legitimar sua dominação, seu controle desleal inserido nas escolas, na família, no religioso, jurídico, e político.

Andrade é certo em suas afirmações quanto à escola, pois percebe o quão a escola pode ser incluyente e ao mesmo tempo ela pode ser excluyente interferindo desta forma na construção da criticidade do/a aluno/a, bem como também na construção de suas respectivas identidades.

A escola deve ser um espaço plural que permeie a construção do/a cidadão/ã de forma que o/a mesmo/a possa ser inserido/a na sociedade promovendo uma equidade, senso de justiça, onde possibilite uma harmonia no convívio social, excluindo totalmente preconceitos.

A escola pode dar acesso a importantes instrumentos de redistribuição de poder nesta sociedade, tais como o conhecimento sistematizado sobre os direitos, o domínio sobre a língua nacional, o conhecimento sobre a própria história ou o controle sobre argumentos científicos. Por outro lado, como instrumento de sociabilidade, a escola poderia ajudar também a construir o prestígio social dos grupos socialmente marginalizados, valorizando as diferentes identidades, reconhecendo valores e riquezas em todos os grupos culturais, desconstruindo preconceitos, favorecendo a coexistência pacífica entre todos e reforçando uma convivência mais dialógica entre os diferentes. O lamentável é que a escola pode também ser um importante mecanismo de exclusão, dando a alguns o acesso aos mecanismos de poder (direito, língua, história, ciência, etc.) e negligenciando a outros. A escola pode sociabilizar com ênfase no respeito à diferença, mas pode também uniformizar (uniforme, provas únicas, currículo único, a mesma maneira de ensinar para todos etc.). (ANDRADE. 2009, p.29).

Sendo assim, cabe a nós profissionais da área de educação atentarmos para as metodologias de ensino aplicadas nas salas de aulas, bem como a sociedade de está ciente de seus deveres e obrigações. Deve-se cobrar do governo políticas públicas que atendam as necessidades da sociedade como um todo, e não apenas de uma classe privilegiada.

A partir do momento que os/as profissionais de educação se mobilizem no desocultamento do currículo oculto, propiciará gradativamente uma evolução no sistema educacional, temos que ter em mente que se deve de fato pensar num currículo multicultural, pois só desta forma começaremos a minar uma enorme injustiça social que insiste permear a realidade brasileira ao longo dos séculos.

O multiculturalismo deve ser inserido no currículo escolar no intuito da promoção de respeito e igualdade à cultura diversas, oportunizando o/outro/a a também serem ouvido/a. A miscigenação ao qual o Brasil se encontra inserido, possibilita uma verdadeira miscelânea cultural, fazendo que o país seja ímpar em relação ao resto do mundo. Portanto tornando ainda mais sem sentido os preconceitos que insistem em permear o cotidiano da população brasileira em pleno século XXI.

Quanto à reprodução, Bourdieu é enfático na constatação a dimensão reprodutivista da escola, pois ela não dá conta das contradições da realidade.

O Estado sabendo do grande potencial de controle de classes por meio da educação, se apropria do currículo para impor seus novos contornos pedagógicos de dominação. Fazendo com que o sonho de libertação da massa se torne cada vez mais distante, tornando-se uma utopia para os estudiosos libertários.

Por meio de um currículo multicultural onde os/as indivíduos/as sejam respeitados independente de gênero, posição política, religião ou orientação sexual. Onde o mesmo estimule a criticidade dos/as discentes, propiciando com isso uma escola justa igualitária, no qual equidade seja exalada em toda a esfera acadêmica.

Vale lembrar que só a educação possibilita a verdadeira evolução social e econômica de qualquer país, entretanto sabemos que o não incentivo educacional interessa ao poder hegemônico para que desta forma se perpetue no poder. Sendo assim a população deve ficar atenta em quem votar, pesquisar se seus candidatos possuem ficha limpa e se merecem sua confiabilidade a partir de suas apresentações das plataformas governamentais, se os mesmo atendem ao interesse do povo, pelo povo e para o povo.

2. Políticas Públicas e os Dispositivos Educacionais

As políticas públicas asseguram os direitos da pluralidade e inserção às esferas do ensino superior, bem como a inserção ao mercado de trabalho. Elas possibilitam ainda na construção de um currículo multicultural, que permeie todas as esferas, possibilitando com isso uma construção de uma sociedade justa e igualitária.

Conforme Mandela ninguém nasce racista, torna-se racista através do meio. Sendo assim, pensar num currículo onde atenda a multiculturalidade de certo será um grande ganho para se combater o racismo nas escolas, como também proporcionar uma equidade, onde todos tenham as mesmas chances.

Entretanto de nada adiantará a inserção de um currículo multicultural nas escolas, se este mesmo currículo não atender a demanda de formação de professores e professoras, pois eles e elas são multiplicadores do conhecimento.

No tocante às políticas públicas elas devem ser pensadas de dentro pra fora, para que desta forma se deva entender a complexidade inerente aos projetos vindouros, e não pensar uma política de fora pra dentro, onde só o beneficiado seja o poder hegemônico.

Enquanto não entendermos o que já dizia o saudoso Paulo Freire, que o saber de mundo deve ser respeitado, não estaremos de fato valorizando as nossas raízes, aos nossos valores históricos.

Desta maneira pensemos políticas que valorizem as raízes, pois um povo que não reconhece suas tradições estará fatidicamente condenado ao abismo do esquecimento.

Como o próprio Agamben descreve em seu artigo: “O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder”.

Resumamos brevemente os três pontos: 1) É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. 2) O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. 3) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder. É algo de geral (um reseau, uma "rede") porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico. (AGAMBEN. 2005, p.1).

Tendo os dispositivos educacionais como função estratégica, o poder hegemônico sempre teve o olhar atento para esses dispositivos, pois através dele mantém um controle injusto e desleal sobre a massa, onde desde os primórdios da educação, a mesma foi destinada à elite.

Sendo assim, na atual conjuntura brasileira, o governo golpista tenta se apropriar mais uma vez da educação, limitando o seu acesso, retirando direito e reestruturando o currículo conforme a vontade do poder hegemônico. Afetando com isso a formação da profissão docente, induzindo a reprodução, atacando a construção da criticidade.

Pois a hegemonia tem ciência que só a educação transforma, e não é de seu interesse que o povo obtenha conhecimento, pois sem o mesmo eles não poderão contestar os seus mandos e

desmandos. Cabe a cada um de nós estarmos atentos à construção das possíveis formações curriculares onde disciplinas que estimulam a pensar não sejam extintas.

3. A Cultura do Empreendedorismo

A cultura do empreendedorismo atualmente se encontra enraizada na forma de se governar o país, através dela programa-se estrategicamente as atividades e os comportamentos dos/as indivíduos/as, desta forma controla-se as suas formas de sentir, do agir e do pensar.

Pois através da visão centralizada através da economia, está cultura é desenhada pelo poder hegemônico, sendo assim, influência o agir das pessoas, sua visão é o lucro, a produtividade.

Este tipo de cultura veio a interferir no sistema de ensino, formando cidadãos/ãs cada vez mais individualizados/as e competitivos/as, a educação passa a ser vista como produtividade, preparando os/as alunos/as ao mercado de trabalho conforme as exigências do poder vigente.

Costa ressalta características positivas: “É nesse sentido que se tem disseminado de forma surpreendente, por sua abrangência e poder de persuasão, uma nova discursividade nas searas educativas, que busca fazer dos indivíduos-microempresas verdadeiros empreendedores. Esses são caracterizados pelos seguintes traços: são proativos, inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de oportunidade, com notável capacidade de provocar mudanças etc”.

Esse sistema educacional provocou ainda mais o distanciamento de classes, fazendo com que a classe menos privilegiada se firmasse na linha de pobreza. A cada dia que se passa a sociedade contemporânea torna-se mais competitiva, seus cidadãos e cidadãs cada vez mais individualizados, tornam a sociedade fria, distante.

Encontramo-nos na hora de repensarmos nossas políticas públicas e reavaliarmos nossas condutas, como também fiscalizarmos as ações políticas, pesquisarmos projetos de governo de futuros candidatos/as, para que assim possamos ter um voto consciente, sem esquecer obviamente de pesquisarmos se o candidato/a é ficha limpa e se merece nossa confiança.

4. Qual o valor da educação?

Schultz em seu livro O Valor Econômico da Educação, no traz uma importante reflexão sobre o valor da educação, nos remetendo aos primeiros mestres quanto à estruturação da educação e como estipularam os limites a serem investidos da economia. Pois deixaram de lado a compensação que a mesma pode oferecer a população, ela em si, garante todo o retorno do investimento inserido no seguimento educacional.

A satisfação que as pessoas obtêm da instrução é o componente da despesa. Ela é formada de valores associados à educação, que não são via de regra, vocacionais, ocupacionais ou profissionais. A instrução destinada à aquisição de habilidades, a fim de elevar as rendas futuras, não deve ser considerada como despesa. Mas, sob este aspecto, o seu valor pode ser moral; pode consistir num refinamento no gosto ou qualquer outra fonte de satisfação. Segundo a interpretação de que a instrução é um bem de consumo, ela é, em particular, um componente durável e ainda mais durável do que a maioria dos bens permanentes. (SCHULTZ. 1973, p.24).

Entretanto o texto nos faz recorrer à história da educação, pois bem sabemos que conhecimento é poder, e os governantes sempre hesitarão em compartilhar tais conhecimentos, pois não é de interesse do poder hegemônico a propagação da sabedoria, querem continuar monopolizando o destino da massa para que continuem aonde estão.

O problema persistente alçados no texto que se perpetua na esfera educacional, se dá pela falta da consciência das compensações/ benefícios que resultam a educação como um todo. Apegamo-nos aqui a um questionamento provocado pelo próprio autor: “Qual o valor da instrução”? O mesmo responde que para uns é moral, apura gosto e proporciona às pessoas real satisfação. É vocacional, desenvolve habilidades, eleva as rendas e representa um investimento humano. Vale aqui salientar que essa instrução/educação vai além está intrinsecamente ligado no processo da formação do cidadão, conhecedor de seus direitos e seus deveres na construção de uma sociedade plena e harmoniosa.

Sendo assim qualquer valor estimado ao investimento da educação é pouco pelos benefícios que a mesma acarretará para o/a indivíduo/a e para toda a sociedade que o/a mesmo/a encontrasse inserida.

O fato é que qualquer sociedade consciente de suas obrigações quanto à educação do seu povo tornar-se-á prospera, pois bem saberá que tudo o que foi investido terá retorno. Ao mencionar que os economistas deveriam refletir sobre seus estudos quanto à pesquisa de valores a serem investidos na educação, Schultz sabiamente fala dos seus benefícios, nos relata, por exemplo, uma coisa óbvia que o crescimento da população torna necessário o aumento da população torna necessária o aumento do número de salas de aulas, algo que as maiorias dos governos tendem a não enxergar.

5. A Escola como Espaço de Resistência

A escola como espaço de resistência, através de professores/as comprometido/as tornam-se um arco importante na luta contra as desigualdades, o/a professor/a

comprometido/a possibilitará o desenvolvimento da criticidade, ajudando na formação política.

Desta maneira as teorias (neo)marxistas são um diferencial no que se trata de resistência, impulsionando um outro olhar educacional, este olhar torna-se a chave necessária para o enfrentamento do descaso, da desumanização, essa chave de certa forma possibilita uma liberdade, liberdade essa tão ameaçada pelo poder hegemônico.

Marx vislumbrava uma educação socializada e igualitária a todos os cidadãos. Não via com bons olhos uma educação oferecida pelo estado, visto que ele encontra meios de continuar no domínio, oferecendo apenas o que acha essencial para a massa. Ele opunha-se a qualquer currículo que se demonstra-se opressor.

Portanto a percepção do mundo social pela categoria de classe possibilitou um novo olhar para a educação, a partir desta perspectiva possibilitou pensar num currículo ao qual o proletariado fosse contemplado.

Desta forma a visão (neo)Marxista forneceu uma possibilidade de uma real transformação social. Marx contribuiu para a educação do homem moderno em sua teoria educacional, mistura teoria e prática, apresentando uma necessidade de uma atividade racional.

A filosofia da educação na perspectiva neoliberal visa oportunizar uma educação que reforce as lutas de classes menos favorecidas, onde os mesmos possam alcançar uma educação igualitária e libertadora.

O movimento de renovação educacional no Brasil se deu através dos pioneiros da educação: Lourenço Filho, Azevedo, Anísio Teixeira. A escola nova foi um movimento de renovação do ensino fortemente difundido na Europa. No Brasil iniciou-se na primeira metade do século XX. Se desenvolveu no país sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais.

Os pioneiros da educação foram de suma importância para a construção de uma consciência educacional. Através de algumas aspirações da luta houve a criação do Ministério de Educação e a reorganização do ensino secundário e superior e a instituição de universidades. Por meio do processo de renovação educacional se analisou o problema da educação nacional sob todos os seus aspectos. Embora velhos problemas persistissem na atualidade, o que nos leva a pensar: A que interessa o processo de não educar?

Deve-se salientar como se deu o monopólio das formações da elite, onde os campos de direito, medicina e engenharia ficavam restritos ao poder hegemônico. Embora atualmente

pouco foi mudado em relação a isso. Cotas foram criadas e contestadas pela própria burguesia.

Entretanto um ponto deveras importante contestado pela renovação educacional foi o grau de preparação dos professores, isso possibilitou uma evolução na estrutura curricular, trazendo com isso novas práticas pedagógicas.

Outro ponto preponderante foi à quebra do monopólio da educação no âmbito religioso, embora o estado laico, o catolicismo ainda dominava a educação brasileira. Esta quebra de monopólio foi duramente criticada pela igreja católica que se tornou com isso uma opositora a escola nova.

Sabemos dos retrocessos que atualmente a educação brasileira vem enfrentando, a não obrigatoriedade de matérias que levem a pensar como sociologia e filosofia, a questão do ensino religioso volta à pauta.

É de suma importância o debate religioso dentro da formação dos/as professores/as, pois leva aos/as futuros profissionais a refletirem as abordagens, não impondo suas religiões aos/as aluno/as. Propiciando com isso a propagação do respeito.

Passado este recorte temporal onde aconteceu a revolução educacional brasileira, fazemos um balanço sobre a evolução da educação do país, com isso entendendo os pontos fortes e fracos de todos os processos enfrentados na história da educação do Brasil.

O que marca com tudo isso é que precisamos de mais Azevedos, Lourenços, Anísios, Dermevais, Freires, Rubens Alves, Evelines Algebaile, Marias da Glória Ghon, Silkes Weber entre tantos outros grandes estudiosos que viveram e vivem pela educação deste amado país. Precisamos estar atentos às renovações e oxigenar essa luta, para que assim consigamos uma educação justa e igualitária sem distinção de raça, credo, posicionamento político ou orientação social.

6. Considerações Finais

O controle social no Brasil por meio da educação visa assegurar o poder hegemônico a se perpetuar no poder, limando as políticas públicas existentes, utilizando-se dos dispositivos educacionais. Todavia a cultura do empreendedorismo vem cada vez mais solidificando o abismo social existente.

Uma questão importante levantada foi à questão do valor da educação. Pois bem sabemos o seu real valor, só através dela poderá haver a verdadeira evolução dentro de toda e qualquer sociedade.

Por fim a escola como espaço de resistência no induz a real importância de estarmos atentos ao espaço escolar, é por meio da escola que os/as indivíduos/as assegurarão seus direitos e deveres, bem como uma equidade educacional possibilitando o desenvolvimento de um/a cidadão/ã pleno/a que ao adentrar a sociedade permitirá uma harmonia societária.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Ilha de Santa Catarina, 2 semestre de 2005.

ANDRADE, Marcelo. **A Diferença que Desafia a Escola: A Prática Pedagógica e a Perspectiva Intercultural.** Rio de Janeiro: Quartet, 2009;

CATANI, Afrânio Mendes; CATANI, Denice Bárbara; PEREIRA, Gilson R. de M. **As Apropriações da Obra de Pierre Bourdieu no Campo Educacional Brasileiro através de Periódicos da Área.** Revista Brasileira de Educação: Maio - Agosto 2001 n. 17;

FERRARO, José Luís Schifino. **Althusser, Educação, Estado e (Re)Produção.** Revista Contemporânea de Educação, vol.9, n.17, Janeiro - Junho de 2014;

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os Reformadores Empresariais da Educação e a Disputa pelo Controle do Processo Pedagógico na Escola.** Educ.Soc. Campinas , v.35, n.129, p.1085-1114, Out-Dez, 2014;

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana. **A Teoria de Basil Bernstein e Algumas de suas Contribuições para as Pesquisas sobre Políticas Educacionais e Curriculares.** Revista Teias, v.11, n.22. xxx - yyy. Maio – Agosto 2010;

SAVIANNI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 36 ed. São Paulo: Autores Associados, 2003;

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013;

SCHULTZ, Theodore W. **O Valor Econômico da Educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973;



SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.